

PAIS DO CRUZADO PASSARAM A SER DEFENSORES DO AJUSTE FISCAL

Frases pinçadas de entrevistas e textos de Bacha, Lara Resende e Pêrsio Arida dão idéia clara do tipo de debate feito agora a portas fechadas nos gabinetes da equipe econômica:

“O Estado deve reduzir sua participação em investimentos, fazendo **joint-ventures** com o setor privado. É um erro pensar que não se pode cortar despesas, para preservar os programas sociais. O gasto público reverte em inflação, e o assalariado termina pagando a conta” (Lara Resende, agosto de 1987).

“Sem o controle do déficit público, a ameaça da inflação continuará presente. O Plano Cruzado não tinha mágica nenhuma. Ele se assentava no rigoroso controle dos gastos públicos e se propunha apenas a debelar a inflação inercial, e nada mais. Mas depois quiseram usá-lo para distribuir renda” (Pêrsio Arida, agosto de 1987).

“Em estágios avançados de inflação crônica ou hiperinflação, a credibilidade é o ponto básico. Será necessário basicamente eliminar o déficit público, adequando o desequilíbrio financeiro do Governo à sua capacidade de financiamento não inflacionária, controlar o crédito e estabelecer algumas âncoras nominais, como salário, câmbio e alguns preços-chave” (Lara Resende, dezembro de

1988).

“Sempre fui contra o congelamento, só o aceitei no Plano Cruzado porque seria por uma semana, para mudar expectativas. Não há porta de saída para o congelamento. Âncoras seriam apenas alguns preços fixos, como salários e câmbio” (Lara Resende, dezembro de 1988)

“Na essência, o problema é de credibilidade fiscal. Existe inflação porque as pessoas não acreditam na estabilidade do cruzeiro. Do ponto de vista das expectativas, só importa saber se o Banco Central vai ou não financiar o déficit, isto é, se vai ou não emitir dinheiro para pagar as contas do Governo” (Bacha, junho de 1990).

“Planos agressivos são bem mais prejudiciais que essenciais para estabilização da inflação. Após tornarmos o setor público superavitário e sua visibilidade perceptível para todos, temos de partir para o que denominamos âncoras coordenadoras de expectativas, a monetária e a cambial. Atrelar o cruzeiro ao dólar e só permitir que o Governo emitisse mais moedas na medida em que as reservas cambiais aumentassem” (Lara Resende, dezembro de 1991).

“A dolarização não poderia ser adotada agora, já que não há equilí-

brio fiscal. O grande perigo desse caminho é tentar ser seguido sem que haja condições políticas de impor restrições aos gastos públicos” (Lara Resende, dezembro de 1991).

“Há um conjunto de reformas estruturais para reverter a falência do setor público; renegociação da dívida externa, regularização da dívida interna, privatização e reformas fiscais, da Previdência e do sistema financeiro. Esse conjunto é necessário para resolver a falência do Estado, que está na base da crise inflacionária brasileira” (Bacha, junho de 1991).

“O Governo tem de eliminar boa parte de suas exageradas atribuições atuais, para que possa se especializar nas poucas mas essenciais funções que de fato lhe cabem, num novo modelo com inflação sob controle. O que nos leva a um ponto consensual; o fim da superinflação brasileira é um problema essencialmente político” (Bacha, junho de 1993).

“Além da reorganização fiscal e das reformas estruturais, a interrupção de um processo inflacionário crônico exige a adoção de uma unidade de conta, uma referência monetária. O recurso a uma moeda estrangeira (como o dólar) é a alternativa mais frequente” (Lara Resende, julho de 1992).